



ACÓRDÃO Nº189/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11159/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Civil do Estado do Amazonas.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Orlando Dário Gois do Amaral (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Leonardo Alvarenga Viana – 6956, Eduardo Alvarenga Viana - 6032, Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666 e Pualani Moreira Barreto - OAB/AM 9852
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1.983/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Civil do Estado do Amazonas. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as contas da Delegacia Geral de Polícia Civil, referente ao exercício 2014, de responsabilidade do **Sr. Josué Rocha de Freitas**, gestor à época, e do **Sr. Mário Jumbo Aufiero**, ordenador de despesas à época, nos termos do arts. 25 e 22, inciso III e alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, §1º, inciso III e alíneas “b” e “c”, da Resolução TCE nº 04/2002, em razão da realização de despesas não comprovadas e das graves ilegalidades cometidas;
- 10.2. **Considerar em alcance**, solidariamente, o **Sr. Josué Rocha de Freitas** e o **Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero**, no valor de **R\$ 60.730,39 (sessenta mil, setecentos e trinta reais e trinta e trinta e nove centavos)** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que os responsáveis recolha o valor do alcance/glosa, por despesas não comprovadas com passagens e despesas com locomoção, com devolução aos cofres públicos, corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código



ACÓRDÃO Nº189/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

“5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Josué Rocha de Freitas no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, pelas restrições apontadas no bojo do Relatório/Voto, nos termos do inciso VI do art. 308 do RI/TCE c/c art. 54, VI da Lei 2.423/96-LO-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;**



ACÓRDÃO Nº189/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero** no valor de **13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, pelas restrições apontadas no bojo do Relatório/Voto, nos termos do inciso VI do art. 308 do RI/TCE c/c art. 54, VI da Lei 2.423/96-LO-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.5. Determinar** a remessa de cópia dos autos ao MPE para ajuizamento das ações cabíveis;
- 10.6. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º do RITCE/AM, que:
- 10.6.1.** Numere, de acordo com a ordem cronológica, os documentos anexados aos processos, referentes às licitações, dispensas, inexigibilidades, aos contratos e aditivos, em cumprimento aos art. 38, caput, da Lei nº 8666/93;
- 10.6.2.** Evite a contratação direta, promova licitação para a aquisição de bens e serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.3.** Efetue o inventário dos bens móveis e imóveis, bem como observe a contabilidade da Polícia Civil do Estado do Amazonas, de acordo com os princípios, as NBCTs (normas brasileiras de contabilidade pública) e o MCASP (manual de contabilidade aplicável ao setor público);



ACÓRDÃO Nº189/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.6.4. Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames estabelecidos no artigo 45 da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei Estadual nº 2.423/96 e a Lei Federal nº 4.320/64. no sentido de buscar instituir controle interno para submeter seus atos de gestão, objetivando um melhor controle patrimonial, econômico, contábil, operacional e financeiro de suas competências;

10.6.5. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Contas, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do §1º do art. 188, da Resolução nº 04/2002;

10.7. Dar ciência ao Sr. Josué Rocha de Freitas e ao Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de um novo ofício aos interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral